



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



LUCAS BATISTA DA SILVA

**A POLÍCIA MILITAR NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE DE
BONFINÓPOLIS-GO: Presença, confiança e policiamento comunitário**

GOIÂNIA-GO

2025

LUCAS BATISTA DA SILVA

**A POLÍCIA MILITAR NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE DE
BONFINÓPOLIS-GO: Presença, confiança e policiamento comunitário**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Lucas Roque de Moura.

GOIÂNIA-GO

2025

**A POLÍCIA MILITAR NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE DE
BONFINÓPOLIS-GO: Presença, confiança e policiamento comunitário**

**THE MILITARY POLICE FROM THE PERSPECTIVE OF THE COMMUNITY OF
BONFINÓPOLIS-GO: Presence, trust and community policing**

Lucas Batista da Silva¹
Lucas Roque de Moura²

Resumo

Este trabalho analisou a percepção dos residentes de Bonfinópolis-GO no que diz respeito a ação da Polícia Militar de Goiás, considerando presença ostensiva, confiança institucional e polícia comunitária. O objetivo foi compreender como a comunidade avalia o desempenho da corporação e identificar pontos de melhoria. A pesquisa realizada em campo ocorreu por meio de um questionário online aplicado a 210 moradores, combinando perguntas objetivas e abertas. Os resultados demonstraram que a população local avalia positivamente a postura dos policiais durante os atendimentos, reconhecendo respeito e dedicação. Contudo, apontam falhas na frequência das rondas, no tempo de reação e no reconhecimento do programa de polícia comunitária. Apesar dessas limitações, a maioria declarou confiar na atuação da corporação, além de sentir-se à vontade para dialogar com os policiais. Conclui-se que essa instituição militar é valorizada pela comunidade, mas precisa ampliar sua presença, melhorar a comunicação e investir em ações contínuas de policiamento comunitário.

Palavras-chave: Percepção; Segurança Pública; Policiamento Comunitário.

Abstract

This study analyzed the perceptions of residents of Bonfinópolis, Goiás, regarding the actions of the Goiás Military Police, considering overt presence, institutional trust, and community policing. The objective was to understand how the community evaluates the force's performance and identify areas for improvement. A field survey was conducted using an online questionnaire administered to 210 residents, combining objective and open-ended questions. The results showed that the local population positively evaluates the officers' behavior during response, demonstrating respect and dedication. However, they point to flaws in the frequency of patrols, the time taken to respond to incidents, and the recognition of the community policing program. Despite these limitations, the majority stated that they trust the force's performance and feel comfortable communicating with them. The conclusion is that this military institution is valued by the community but needs to expand its presence, improve communication, and invest in ongoing community policing initiatives.

Keywords: Perception; Public Safety; Community Policing.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Programa de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão em Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: lucasbatistacold@gmail.com. Telefone: (62) 98588-7397.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em em Direito e Especialista MBA em Gestão de Polícia Ostensiva. email: lucas.rm96@hotmail.com. Telefone: (64) 99979-7991.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da Polícia Militar (PM) é marcada por momentos de avanços e também de dificuldades. Diversos fatos históricos contribuíram para sua consolidação, como a criação da Guarda Real de Polícia em 1808, no período da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, e a assinatura, em 1858, do decreto que oficializou a origem da Polícia Militar de Goiás (PMGO). Ao longo do tempo, entretanto, também se registraram episódios delicados, a exemplo da ditadura militar de 1964, que deixaram impactos negativos na percepção de parte da população em relação à instituição.

A Segurança Pública, conforme previsto no artigo 144 da Constituição de 1988, deve ser compreendida como responsabilidade compartilhada. Isso significa que sua garantia não depende apenas das forças policiais, mas também da participação ativa da sociedade. Nesse sentido, percebe-se que a atuação das corporações em localidades menores, como cidades do interior, enfrenta limitações de efetivo e de recursos, o que muitas vezes gera a sensação de desamparo e dificuldades na resposta às demandas comunitárias.

Diante desse cenário, o presente estudo busca compreender como os habitantes de Bonfinópolis-GO avaliam o trabalho realizado pela PMGO, levando em conta fatores como presença, confiança institucional e formas de interação com a comunidade. A pesquisa se propõe, ainda, a identificar lacunas entre as expectativas da população e as ações efetivamente desenvolvidas pela corporação, considerando o contexto social e econômico da cidade, que integra a região metropolitana de Goiânia.

Bonfinópolis-GO possui cerca de 10 mil habitantes (IBGE, 2022) e apresenta características comuns às cidades de pequeno porte. Por sua localização próxima à capital, é considerada como cidade-dormitório, uma vez que parte significativa de sua população se desloca diariamente para Goiânia em busca de trabalho e serviços. Esse contexto influencia diretamente a dinâmica social e interfere na forma como a comunidade percebe e vivencia a segurança pública.

Compreender a visão da população é essencial para identificar os principais desafios enfrentados pela corporação e apontar estratégias que possam fortalecer o vínculo entre polícia e sociedade. Os resultados obtidos têm potencial para subsidiar políticas públicas voltadas à realidade de cidades de porte semelhante, além de enriquecer a discussão acadêmica sobre segurança e cidadania.

O objetivo central da pesquisa é avaliar de que forma os moradores de Bonfinópolis-GO percebem a atuação da Polícia Militar, analisando a presença institucional, a proximidade

com a comunidade e a qualidade do atendimento oferecido. De modo específico, pretende-se investigar a percepção sobre o policiamento ostensivo, o tempo de resposta a ocorrências, o nível de confiança na instituição e sugestões para o aprimoramento do trabalho.

Para atingir esses objetivos, o estudo adotou uma abordagem bibliográfica e também empírica. Inicialmente, realizou-se revisão de literatura acerca da relação entre Polícia Militar e sociedade, e em seguida, aplicou-se pesquisa de campo no município. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário online, que reuniu informações quantitativas (estatísticas) e qualitativas (opiniões e percepções). Os resultados foram interpretados à luz do referencial teórico, possibilitando compreender as relações entre comunidade e polícia a partir da análise dos próprios moradores.

2 REVISÃO TEÓRICA

A história da Polícia no Brasil tem origem no período colonial, vinculada à chegada da Família Real Portuguesa ao país. Com a transferência da corte, em 1808, foram criadas instituições que marcaram o início da organização policial no território brasileiro, como a Intendência Geral de Polícia (1808) e, no ano seguinte, a Guarda Real de Polícia (1809). Essas instituições foram pioneiras ao se estabelecerem como órgãos públicos com atribuições específicas de controle e ordem (Bretas e Rosemberg, 2013).

A Guarda Real de Polícia foi inicialmente implantada no Rio de Janeiro, inspirada no modelo da Guarda Real de Lisboa. Além do caráter organizacional, sua criação também atendeu a interesses políticos, já que o objetivo principal era assegurar a proteção da família real recém-chegada. Segundo Souza (1999), a origem da Polícia Militar de Goiás remonta a julho de 1858, quando foi instituída por meio de ato do então presidente da Província, Doutor Januário da Gama Cerqueira. Ao longo de sua trajetória, a corporação passou por diversas mudanças de denominação até consolidar-se como a atual Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 estabelece a segurança pública como responsabilidade compartilhada do Estado e da sociedade. O dispositivo define que a preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e do patrimônio deve ser garantida por órgãos estatais, cada qual com funções próprias, o papel da PM é previsto no quinto inciso: “§5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;

aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” (Brasil, 1988).

Dessa forma, observa-se que as Polícias Militares possuem, por natureza, uma função administrativa preventiva, atuando de maneira ostensiva e também com caráter fiscalizador. No entanto, sua estrutura é regulada por leis específicas, como a Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976, que detalha as obrigações e define os princípios que orientam a corporação.

Conforme levantamento de dados disponíveis no Portal Goiás Transparente, a PMGO conta com aproximadamente 11 mil policiais em atividade, número que representa cerca de 65% do efetivo previsto em lei, fixado em 30.741 militares. Essa discrepância evidencia os desafios enfrentados pela corporação, que atua com efetivo reduzido diante da demanda crescente por segurança no Estado de Goiás.

Assim, analisar a PMGO a partir de sua trajetória histórica é essencial para compreender o papel que desempenha atualmente. Apesar das dificuldades estruturais, a instituição mantém sua missão principal de proteger a sociedade, cumprir e fazer cumprir a lei, além de garantir direitos e liberdades individuais. (Miguel e Oliveira, 2018).

2.1 INSEGURANÇA, MEDO E CRIMINALIDADE NA SOCIEDADE

Ao tratar do tema da segurança, é importante destacar a complexidade que envolve o sentimento de proteção social, uma vez que se relaciona a percepções individuais e experiências particulares. Assim, ao abordar esse conceito, é necessário considerar diferentes enfoques analíticos, como vulnerabilidade física, fragilidade socioeconômica, exposição ao risco em determinados locais e vitimização.

Pesquisas indicam que fatores como sexo e idade também influenciam significativamente a forma como as pessoas percebem sua segurança. Além disso, levantamentos apontam que, no Brasil, aproximadamente metade da população se considera afetada pela insegurança. Observou-se, ainda, que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de pessoas que relatam sentir-se vulneráveis (Plassa e Cunha, 2016).

Diante desse panorama, compreender a distribuição geográfica da violência no Brasil é fundamental para contextualizar as diferentes percepções de segurança entre as regiões. Os índices de criminalidade não apenas refletem desigualdades estruturais, mas também influenciam diretamente a sensação de medo e vulnerabilidade nas comunidades. A seguir,

apenas com o risco de aliciamento de jovens pelo tráfico, mas também com a possibilidade de serem atingidos por ações policiais nessas áreas.

Para as camadas populares, a violência se expressa, sobretudo, no medo de sofrer algo via terceiros. As precárias condições de moradia são, frequentemente, mencionadas como: a falta de infraestruturas urbanas básicas, a existência de barulho e, ainda, a falta de espaço para lazer dos filhos adolescentes, aspectos estes que constituem uma das principais características do cotidiano dos bairros populares (Costa, 2005, p.122).

Por fim, deve-se considerar que o Brasil, por sua dimensão continental, apresenta cenários distintos. Enquanto uma mesma pesquisa aplicada ao Sul do país tende a revelar determinados resultados, no Norte ou Nordeste os achados são frequentemente diferentes. Essa diversidade decorre de fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. Nesse contexto, torna-se desafiador para o Governo Federal padronizar a atuação policial, cabendo aos Estados e Municípios formular políticas públicas adaptadas às especificidades de cada região.

2.2 RELAÇÃO POLÍCIA MILITAR X COMUNIDADE: DESAFIOS E PERCEPÇÕES

O estudo da relação entre Polícia e Sociedade exige atenção, pois não se apresenta de forma homogênea em todo o país. A percepção dos moradores de comunidades periféricas do Rio de Janeiro, por exemplo, tende a ser bastante distinta daquela verificada em áreas de maior poder aquisitivo localizadas próximas à orla. Essa diferença decorre de fatores geográficos, sociais, culturais e econômicos. Pesquisas indicam que a visão da população sobre a corporação é influenciada diretamente pelas experiências vivenciadas no contato com a polícia.

Um levantamento realizado por Santos Júnior e Guerini (2007), em municípios catarinenses, evidenciou que, embora a Polícia Militar tenha sido bem avaliada quanto à presença e atendimento, persistem desafios ligados à confiança institucional e à aproximação com a sociedade.

A confiança pode fazer a polícia um pouco mais eficiente, uma vez que propicia aos cidadãos que reportem os crimes e cooperem para auxiliá-los. A polícia necessita de uma maior cooperação por parte dos cidadãos para poder tanto reportar quanto solucionar os eventos criminais. Assim, reduzir taxas criminais e construir comunidades mais seguras é mais fácil quando existe uma maior cooperação (Mendes e Alves, 2020, p. 3).

Conforme Nakashima (2023), o vínculo histórico entre a Polícia Militar e o Regime Militar (1964–1985) ainda repercute na imagem da instituição perante a sociedade. Esse

período foi marcado por avanços, como a redução da mortalidade infantil e a construção de grandes obras de infraestrutura, mas também por práticas autoritárias e pelo uso desproporcional da força, que deixaram marcas negativas na memória coletiva sobre as instituições militares.

O uso da força é um recurso inerente à atividade policial, porém deve ser aplicado de maneira proporcional a cada situação. Quando ocorre de forma excessiva, gera desconfiança e insatisfação social, resultando em pressões por mecanismos de controle e maior transparência, como o uso de câmeras corporais (Adorno, 2017).

Segundo o autor, a demanda por instrumentos de fiscalização externa surge como resposta à percepção de abusos e à necessidade de assegurar o respeito aos direitos humanos nas ações policiais. Dessa forma, é imprescindível que a utilização da força seja sempre legítima e profissional, afastando práticas arbitrárias ou ilegais.

Assim como em outras profissões, dentro da corporação policial existem indivíduos que não cumprem os padrões éticos e legais esperados. Esses casos prejudicam a imagem da instituição e comprometem a confiança social. Exemplos comuns incluem corrupção, participação em milícias, extorsão, abuso de autoridade, envolvimento em grupos de extermínio e colaboração com facções criminosas.

Outro fator que afeta a relação entre polícia e comunidade é a carência de treinamento contínuo, a falta de ações comunitárias permanentes e as dificuldades em atender de forma satisfatória às demandas locais, o que reforça a percepção de distanciamento.

Como alternativas para reverter esse quadro, destacam-se iniciativas como os Conselhos Comunitários de Segurança e a ampliação do policiamento comunitário, ambos voltados à construção de laços mais sólidos entre a população e a Polícia Militar (Gomes e Amorim, 2024).

2.3 - O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE APROXIMAÇÃO SOCIAL

A ideia central do policiamento comunitário está associada ao fato de uma relação de parceria entre a população e a polícia. Esse modelo de atuação ganhou força de 1970 a 1980 na América do Norte e na Europa Ocidental, alterando os modelos tradicionais e implementando novas ideias tanto na estrutura, quanto no funcionamento na forma de enfrentar os problemas relacionados à criminalidade (Neto, 2004).

A polícia comunitária tem o intuito de fomentar a colaboração entre núcleos comunitários e agentes de segurança na prevenção e combate ao crime. Para isso, o paradigma essencial é a confiança. Esse é um dos grandes desafios enfrentados pela polícia no Brasil, onde parte da população desconfia da polícia e procura se afastar dela. Para resolver este problema, é preciso que a polícia como corporação construa o elo de confiança entre sociedade e segurança. Nesse sentido, é necessário que, paralelamente aos esforços da Polícia Militar de melhorar a sua imagem, a comunidade coopere com esse esforço, já que a desconfiança da polícia aumenta a sensação de insegurança da população (Menezes, 2023, p.140).

De acordo com o Manual de Policiamento Comunitário (2009), o policiamento tradicional fica restrito ao atendimento de ocorrências ou incidentes específicos, prestando-se com a maior rapidez possível para que já se encontrem novamente disponíveis para outra ocorrência. Dessa maneira, o modelo tradicional tende a estereotipar o policial como um mero servidor, focado na resolução de problemas e, de maneira mais breve possível, voltar ao seu posto.

Em contrapartida, o Policiamento Comunitário não foca apenas na resolução dos problemas, mas também em discutir e identificar as suas origens. Além disso, busca-se também, como meta, a elaboração de estratégias mais eficazes para o enfrentamento desses problemas. Conforme preceitua o Manual supracitado, enquanto no modelo tradicional de policiamento a força policial age somente quando o problema já se apresenta, no policiamento comunitário, ela trabalha em colaboração com a comunidade, realizando ações preventivas. A prevenção pode ocorrer em dois níveis: Prevenção primária: para evitar que um problema de segurança surja. Prevenção secundária: para impedir que um problema já existente se amplie ou se espalhe (Brasil, 2001).

Dessa maneira, o policiamento comunitário incentiva a realização de uma abordagem proativa, ou seja, onde há um desenvolvimento de relações de confiança entre a comunidade e os policiais. Assim, é possível a identificação de problemas e a atuação em conjunto entre esses dois personagens; logo, a comunidade passa a enxergar os policiais como membros da comunidade e não apenas como meras figuras autoritárias que apenas aplicam a lei. Todo esse processo traz como benefícios uma aproximação dessas partes e uma maior eficiência na resolução dos problemas da comunidade (Skolnick e Bayler, 2002).

O modelo de policiamento comunitário, portanto, vai além de simples ações operacionais: ele representa uma mudança de mentalidade dentro da instituição policial. Essa transformação envolve compreender que segurança pública se constrói em parceria, valorizando o diálogo constante, a escuta ativa e o envolvimento social. Para compreender melhor como esse modelo se estrutura na prática, apresentam-se a seguir as principais características que fundamentam o policiamento comunitário.

O Manual de Policiamento Comunitário (2009) destaca as quatro características comuns desse tipo de policiamento, as quais serão organizadas e evidenciadas pela tabela abaixo para melhor ilustração e compreensão:

Quadro 1 – Características do Policiamento Comunitário

AS QUATRO CARACTERÍSTICAS DO POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO	
1ª: Relação de confiança	Só é possível ser realizado se houver uma relação de confiança entre a população e a polícia. Nessa perspectiva, juntos assumem responsabilidades e obrigações. Se não houver essa relação de confiança o primeiro passo é construí-la por meio de estratégias.
2ª: Descentralização da atividade policial	O policial deve ser capaz de tomar determinadas decisões e conhecer bem a comunidade a qual está trabalhando. Além disso, deve buscar estreitar relação com lideranças locais para que seja possível obter informações fundamentais para sua atuação.
3ª Ênfase nos serviços não emergenciais.	Priorizar não somente atividades repressivas/emergenciais, mas também as preventivas. Pois, essas possuem a capacidade de evitar que problemas em andamento se tornem mais complexos, e além disso são capazes, inclusive, de diminuir a demanda por ações repressivas, já que são capazes de evitar problemas futuros.
4ª Ação integrada entre diferentes órgãos e atores	Alguns problemas de segurança pública não são resolvidos exclusivamente pela Polícia, assim deve-se buscar a integração com outros órgãos e entidades como escolas, hospitais, Ministério Público, prefeituras, etc. Assim, é possível a resolução do problema de forma integrada, o qual será solucionado não apenas pela polícia, mas com uma atuação integrada de diversos órgãos.

Fonte: Manual de Policiamento Comunitário, 2009.

Desta forma, evidencia-se que o esse tipo de policiamento é um modelo de atuação muito interessante e que objetiva grandes conquistas, porém sua implantação esbarra em diversos desafios. Assim, conforme Dutra e Neves (2023), dentre as dificuldades para implementar esse programa, nota-se que, por contextos históricos, sociais e econômicos, algumas pessoas tendem a se sentir reprimidas ou amedrontadas pela polícia, principalmente a PM, já que tem como característica a ostensividade.

Outro aspecto observado é o fato de que os policiais, por estarem em contato direto com pessoas ligadas a crimes, apresentam certa resistência em lidar com esse tipo de abordagem comunitária, que deve ser realizada de maneira mais cortês e com uma menor rispidez. Ademais, a rotatividade dos policiais em seus locais de trabalho tende a dificultar o diálogo e a aproximação da Polícia e da Comunidade.

Por fim, para a implantação bem-sucedida desse modelo, é necessária a estruturação de programas e missões permanentes no sentido de alicerçar o projeto por longos períodos. Começar, a aplicação desse policiamento é desafiador e pode levar tempo, assim, é essencial que, antes da implementação do projeto, haja uma aproximação real dos policiais com a população.

3 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem mista, com predominância descritiva e exploratória, uma vez que teve como objetivo analisar e interpretar as percepções dos moradores sobre a atuação da Polícia Militar no município de Bonfinópolis-GO. A escolha dessa localidade se justifica pelo fato de cidades do interior, como Bonfinópolis, apresentarem desafios particulares ligados à limitação de recursos, questões de segurança pública, infraestrutura e opções de lazer.

A população investigada foi composta por moradores da cidade com idade superior a 18 anos e que residiam no município há pelo menos um ano. A amostra final reuniu 210 participantes, definidos de forma não probabilística, utilizando-se a técnica de “bola de neve”. De acordo com Gil (2008), essa estratégia consiste em selecionar inicialmente alguns respondentes que atendem aos critérios do estudo e, a partir deles, identificar novos participantes por meio de indicações sucessivas, ampliando gradualmente o grupo pesquisado.

Essa técnica foi escolhida por facilitar o acesso aos moradores e ampliar a diversidade de perfis alcançados, sobretudo em contextos nos quais a adesão espontânea

poderia ser reduzida. O questionário foi divulgado por diferentes canais, como redes sociais, grupos de *WhatsApp* e contatos locais, o que contribuiu para uma maior representatividade da amostra.

O instrumento de coleta consistiu em um questionário estruturado, elaborado com base no referencial teórico da pesquisa. Ele continha perguntas fechadas (múltipla escolha e escala Likert) e uma questão aberta. Os temas abordados incluíram: perfil sociodemográfico dos participantes, percepção sobre a presença policial, tempo de resposta em ocorrências, qualidade do atendimento, grau de confiança na instituição e sugestões para o aperfeiçoamento das ações da Polícia Militar.

A utilização da escala Likert foi justificada pela sua praticidade em captar opiniões de forma clara e acessível. Esse tipo de escala possibilitou que os participantes expressassem em diferentes graus seu nível de concordância ou discordância em relação a determinadas afirmações, permitindo a identificação de nuances que poderiam não aparecer em respostas puramente fechadas.

A coleta de dados ocorreu entre os dias 10 e 20 de julho de 2025, por meio da plataforma *Google Forms*. Todos os respondentes foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa e concordaram em participar de maneira voluntária, conforme estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O anonimato e a confidencialidade das informações foram garantidos durante todo o processo.

Para o tratamento dos dados quantitativos, recorreu-se à estatística descritiva, com cálculo de frequências, médias e elaboração de gráficos por meio das ferramentas disponibilizadas pelo Google.

Dessa forma, a análise foi conduzida à luz do referencial teórico, de modo a relacionar as percepções coletadas junto à população com os conceitos e discussões já consolidados na literatura acadêmica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo deste estudo foi realizada no município de Bonfinópolis-GO, localizado a aproximadamente 36 km da capital Goiânia e integrante da Região Metropolitana. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a cidade possui cerca de 10 mil habitantes distribuídos em uma área de 121,915 km², o que resulta em densidade demográfica próxima de 84,5 habitantes por km².

O surgimento da cidade remonta à década de 1940, quando as primeiras casas começaram a ser construídas. Inicialmente, o local era conhecido como “36”, em referência à distância em quilômetros até Goiânia. Em 1959, a localidade foi reconhecida como distrito pelo então prefeito de Leopoldo de Bulhões, Mario Rodrigues da Paixão. Posteriormente, por meio da Lei nº 10.408 de 1987, Bonfinópolis foi elevado à categoria de município.

No campo econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal é estimado em aproximadamente R\$ 121 milhões. A economia local é fortemente sustentada pelo setor público, seguido pelas atividades de serviços, agropecuária e indústria. A proximidade com a capital confere ao município características típicas de uma cidade-dormitório.

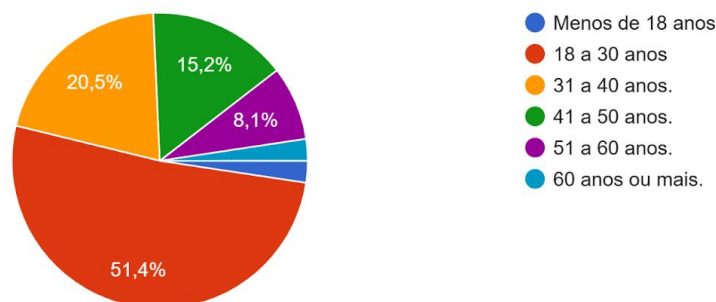
Nesse sentido, *et al.* (2011, p. 396) destacam que o conceito de cidade-dormitório, em geral, é associado a uma conotação negativa, vinculando esses municípios a fragilidades socioeconômicas, dependência de polos regionais e processos de periferização. Os autores defendem uma análise crítica sobre o uso desse termo, que tende a simplificar a complexidade urbana ao reduzi-la a uma imagem estigmatizada.

Em outras palavras, a expressão se aplica a localidades em que a economia não é capaz de oferecer empregos e condições para fixação populacional, fazendo com que grande parte dos moradores busque trabalho, estudo e serviços em cidades maiores. Bonfinópolis-GO se enquadra nesse perfil, apresentando características sociais, econômicas e culturais que reforçam esse quadro. Esse cenário impacta diretamente o comércio local e, em consequência, desestimula a instalação de novos empreendimentos.

Gráfico 1 – Faixa etária dos participantes da amostra.

Qual a sua faixa etária?

210 respostas



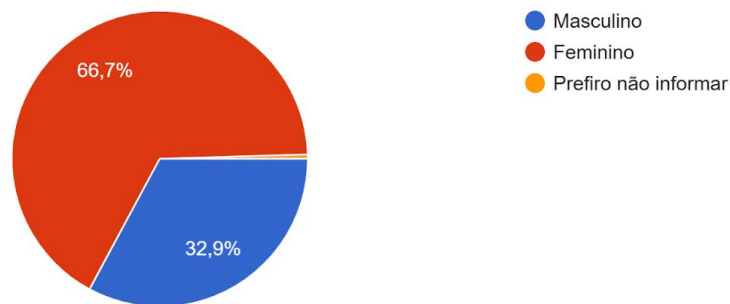
Fonte: O autor (2025).

O levantamento para essa pesquisa contou com a participação de 210 residentes de Bonfinópolis-GO, os quais responderam de forma voluntária o questionário disponibilizado digitalmente – *Google Forms*. Com relação à faixa etária, observou-se que a maioria dos participantes se encaixam entre 18 e 30 anos (51,4%), seguida pelos grupos de 31 a 40 anos (20,5%) e 41 a 50 anos (15,2%), o que indica uma predominância de respostas oriundas de pessoas em idade economicamente ativa.

Gráfico 2 – Distribuição dos participantes da amostra por sexo .

Qual o seu sexo?

210 respostas



Fonte: O autor (2025).

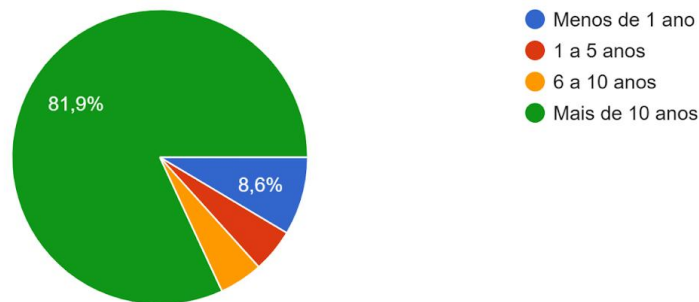
Quanto ao sexo dos pesquisados, os dados mostraram que 66,7% se declararam do sexo feminino, 32,9% como masculino, e 0,5% prefeririam não informar. A predominância do público feminino na amostra é um dado importante, pois pesquisas indicam que as mulheres tendem a apresentar níveis de sensação de insegurança e de vulnerabilidade mais elevados do que os homens, especialmente quando está relacionado à criminalidade ou à violência urbana (Plassa e Cunha, 2016).

A partir da análise dos dados de gênero, é possível observar que as percepções de segurança também podem estar relacionadas ao tempo de vínculo dos moradores com a cidade. Em geral, quanto maior o tempo de residência, mais consolidadas se tornam as opiniões sobre a atuação da Polícia Militar e sobre a sensação de segurança local. Essa variável é apresentada a seguir, permitindo compreender de que forma a estabilidade dos residentes influencia suas avaliações sobre o policiamento em Bonfinópolis-GO.

Gráfico 3 – Tempo de residência dos participantes em Bonfinópolis-GO.

Você reside em Bonfinópolis há quanto tempo?

210 respostas



Fonte: O autor (2025).

Outro dado importante refere-se ao tempo de residência no município: 81,9% dos participantes indicaram que residem em Bonfinópolis por mais de 10 anos, o que reforça a legitimidade e fidedignidade das percepções coletadas, sendo elas frutos de um longo convívio com a realidade local da cidade. Esses dados demográficos nos ajudam a elucidar mais as características do contexto das respostas e a representatividade da amostra na investigação. A seguir, serão mostrados os dados que foram obtidos por meio do questionário, bem como discussão deles, conforme os objetivos específicos deste trabalho.

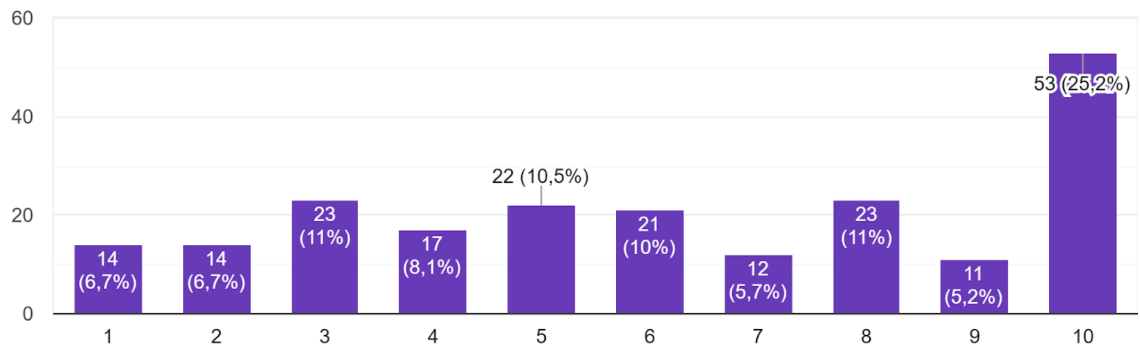
4.1 PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO POLICIAMENTO NO MUNICÍPIO

A percepção da população quanto à presença da Polícia Militar no município de Bonfinópolis-GO revela aspectos importantes sobre a visibilidade e a frequência do policiamento ostensivo realizado pela PMGO na cidade.

A análise da percepção dos moradores sobre a presença da Polícia Militar é fundamental para compreender como se dá a construção da sensação de segurança em Bonfinópolis-GO. A frequência com que a população observa o policiamento nas ruas reflete não apenas a atuação operacional da PMGO, mas também a confiança e o vínculo que os cidadãos desenvolvem com a corporação. Entender como essa presença é percebida permite avaliar se o policiamento ostensivo está atendendo às expectativas da comunidade e se contribui, de fato, para a redução do medo e o fortalecimento da tranquilidade social.

Gráfico 4 – Frequência percebida da presença da PMGO na região/bairro.

Com que frequência você percebe a presença da Polícia Militar em sua região/bairro?
210 respostas



Fonte: O autor (2025).

Como demonstra o gráfico acima, há uma distribuição relativamente dispersa nas percepções da população, com destaque para os extremos: 25,2% dos respondentes atribuíram nota (10), indicando percepção de presença muito frequente, enquanto 6,7% deram nota (1) e outros 6,7% nota (2), sinalizando ausência quase total do policiamento em suas regiões. Isso pode indicar que a presença da PMGO é percebida de forma desigual no município, algo que pode estar relacionado à limitação de efetivo e de estrutura da corporação, conforme já discutido anteriormente.

Além disso, observa-se que a percepção da presença policial não é homogênea entre os moradores, o que pode refletir diferenças no patrulhamento entre bairros, horários ou até mesmo na relação dos cidadãos com a Polícia Militar. Dessa forma, a dispersão das respostas evidencia que, embora parte significativa da população perceba a PMGO como presente, ainda há uma parcela relevante que sente ausência ou insuficiência do policiamento, o que pode impactar diretamente na confiança institucional e na sensação de segurança no município.

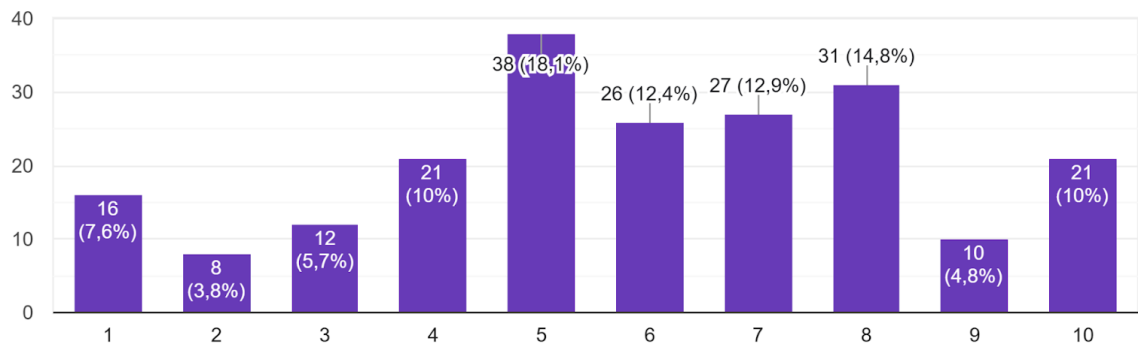
Conforme destacam os autores Mendes e Alves (2020), a atuação da polícia para ser eficaz deve ultrapassar a repressão ao crime e alcançar também a percepção social de sua presença. A irregularidade dessa percepção pode comprometer a prevenção e a confiança comunitária, dificultando a construção de laços sólidos entre polícia e moradores.

Outro aspecto importante abordado foi a percepção da população quanto ao tempo de resposta da PMGO quando acionada em situações de emergência.

Gráfico 5 – Tempo de resposta da PMGO em situações de emergência (percepção dos moradores).

Na sua percepção, qual é o tempo de resposta da PMGO quando acionada em situações de emergência?

210 respostas



Fonte: O autor (2025).

Nota-se que a maior parte dos entrevistados avaliaram o tempo de resposta com nota (5) correspondendo a 18,1%, evidenciando uma percepção mediana. Entretanto, há também um número significativo de respostas entre (6) e (8) somando aproximadamente 40%, o que indica que parte relevante da população reconhece certa agilidade, ainda que não plenamente satisfatória.

Esse resultado está de acordo com os desafios estruturais enfrentados pela PMGO em municípios menores, como Bonfinópolis, que frequentemente contam com efetivo reduzido e poucos recursos empregados.

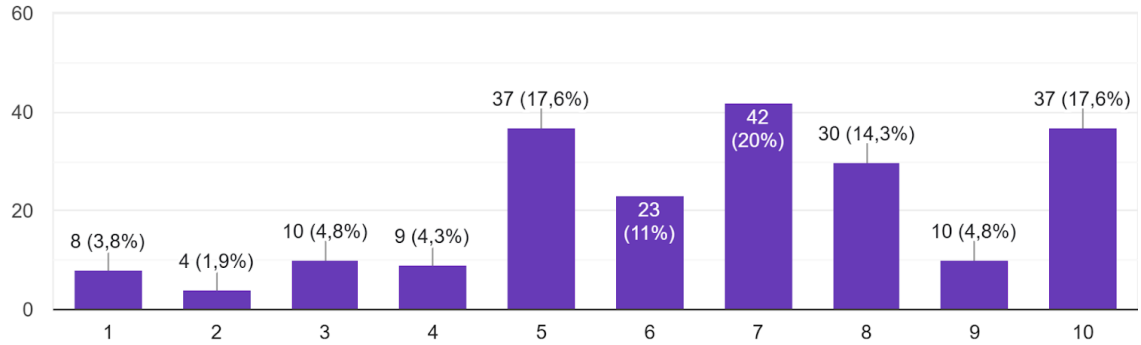
O gráfico revela que, para muitos moradores, o tempo de resposta da PMGO é aceitável, mas ainda existe uma parcela da população que sente falta de mais agilidade no atendimento. Tais opiniões mostram que a experiência de cada pessoa faz diferença e que, em momento de emergência, a agilidade da polícia é parte fundamental para transmitir segurança. Por isso, é de suma importância que a PMGO continue buscando formas de melhorar o atendimento, para que todos se sintam amparados quando mais precisam.

No que se refere à qualidade do atendimento prestado pelos policiais militares da cidade, os resultados se mostram mais positivos.

Gráfico 6 – Avaliação da qualidade do atendimento dos policiais militares em Bonfinópolis.

Como você avalia a qualidade do atendimento prestado pelos policiais militares em Bonfinópolis?

210 respostas



Fonte: O autor (2025).

A avaliação da qualidade do atendimento revela que 20% dos respondentes atribuíram nota (7), e 17,6% deram nota (10), demonstrando que a atuação individual dos policiais tende a ser bem avaliada pelos cidadãos, apesar das limitações materiais e de pessoal.

Essa percepção pode ser compreendida à luz do que os autores Mendes e Alves (2020) destacam sobre a importância da confiança e da cooperação comunitária. Quando existe vínculos de respeito e reconhecimento, a atuação policial tende a ser mais valorizada e reconhecida. No entanto, tais vínculos devem ser constantemente fortalecidos por meio de formação continuada e adoção de práticas que favoreçam o atendimento humanizado e ético.

Em resumo, os dados evidenciam que a população bonfinopolina reconhece os esforços da PMGO, mas também revela um sentimento dividido quanto à frequência da presença policial e à agilidade no atendimento. Essa dualidade reforça a ideia de que a eficácia do policiamento não depende apenas de sua existência, mas da percepção de sua efetividade e proximidade. Indo ao encontro dos resultados obtidos por autores como Mendes e Alves (2020) e Nakashima (2023).

Tais percepções reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da confiança e à aproximação entre polícia e comunidade, temas que serão aprofundados no decorrer dos próximos tópicos desse trabalho.

4.2 CONFIANÇA E PROXIMIDADE

A confiança da população em uma instituição policial não diz respeito somente à presença física do efetivo policial, mas sim à forma como o contato é formado no cotidiano. Nas cidades de pequeno porte, de modo especial Bonfinópolis-GO, em que a convivência entre os policiais e os moradores é mais estreita, a credibilidade da companhia depende de hábitos que demonstrem respeito, transparência e disponibilidade ao diálogo. Essa relação cotidiana é decisiva para que a Polícia Militar seja percebida não apenas como agente repressiva, mas como parceria na construção de um espaço seguro, capaz de ouvir demandas locais e trabalhar numa perspectiva e forma preventiva e colaborativa.

A análise das respostas dos moradores de Bonfinópolis-GO à questão sobre o que poderia ser feito para melhorar a atuação da Polícia Militar revela uma série de demandas recorrentes, que se agrupam em eixos temáticos e dialogam diretamente com o referencial teórico deste trabalho.

A relação de confiança e proximidade entre a comunidade e a Polícia Militar é essencial para o fortalecimento da segurança pública baseada na cooperação. A confiança institucional está diretamente ligada à legitimidade da atuação policial, à percepção de justiça e ao grau de respeito mútuo entre policiais e cidadãos. De acordo com Mendes e Alves (2020), a aproximação entre polícia e população passa por práticas transparentes, éticas e respeitadas, as quais influenciam diretamente na disposição da comunidade em colaborar com as ações de segurança.

A confiança da população nas instituições de segurança pública representa um dos pilares essenciais para a consolidação da legitimidade policial e da eficácia das ações estatais. Em contextos locais, como o município de Bonfinópolis-GO, esse fator ganha relevância ainda maior, pois reflete a forma como os cidadãos percebem a atuação cotidiana da Polícia Militar e sua capacidade de promover segurança e justiça. A credibilidade institucional não depende apenas da presença física dos policiais, mas também da maneira como as abordagens são conduzidas, do respeito aos direitos humanos e da comunicação transparente com a comunidade.

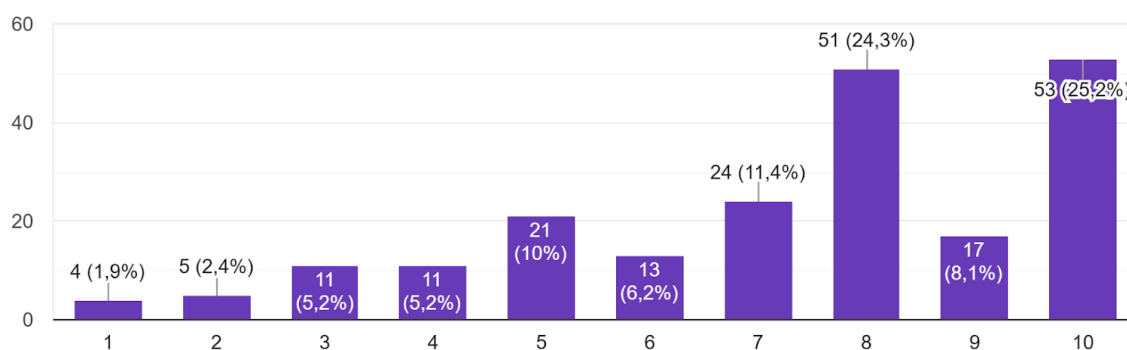
Além disso, a confiança social está intimamente ligada à reciprocidade entre a população e os agentes públicos. Quando a comunidade reconhece na Polícia Militar uma instituição comprometida com o bem coletivo, tende a colaborar mais ativamente com as ações de segurança, fortalecendo o vínculo de cooperação mútua. Por outro lado, percepções negativas sobre abuso de autoridade, demora no atendimento de ocorrências ou ausência de

policciamento constante podem enfraquecer esse elo, comprometendo a imagem da corporação. O gráfico abaixo apresenta o grau de confiança da população na Polícia Militar do Estado de Goiás, evidenciando como os moradores avaliam esse importante aspecto da relação entre polícia e sociedade.

Gráfico 7 – Grau de confiança da população na Polícia Militar do Estado de Goiás.

Qual é o seu grau de confiança na Polícia Militar do Estado de Goiás?

210 respostas



Fonte: O autor (2025).

Observa-se que a maioria da população bonfinopolina demonstra alto nível de confiança na PMGO: 25,2% atribuíram nota (10), e 24,3% deram nota (8). Esses dados indicam uma percepção predominantemente positiva sobre a instituição. Ainda 4,3% atribuíram nota (1) e (2) indiciando minoria que expressa baixos níveis de confiança, o cenário geral é favorável.

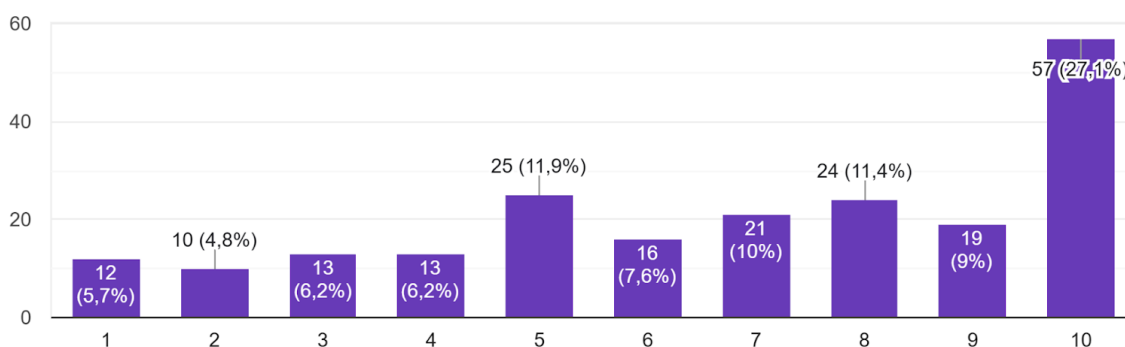
Apesar de a maioria confiar bastante na PMGO, o gráfico também mostra que ainda existe um grupo de pessoas que não se sente seguro ou confiante em relação à polícia. Isso revela que, mesmo com uma imagem positiva, a instituição ainda enfrenta o desafio de conquistar a confiança de todos. Ouvir essas pessoas e entender suas razões pode ser um passo importante para melhorar o relacionamento entre a polícia e a comunidade, tornando o serviço mais próximo e eficiente para todos.

Outro ponto relevante analisado foi a percepção de proximidade com os policiais militares da cidade, representada pela disposição da população em dialogar ou solicitar apoio sempre que necessário.

Gráfico 8 – Nível de conforto da população em interagir com policiais locais.

Você se sente à vontade para conversar com os policiais da sua cidade ou solicitar apoio sempre que necessário?

210 respostas



Fonte: O autor (2025).

O resultado mostra que 27,1% dos respondentes atribuíram nota máxima (10), e 11,4% deram nota (8), evidenciando que boa parte da população se sente confortável em interagir com os policiais. Essa percepção é positiva, pois a proximidade entre polícia e comunidade é um dos pilares do policiamento comunitário, como defendido por Mendes e Alves (2020), que destacam a importância da criação de vínculos de respeito, escuta e diálogo para a prevenção de conflitos e a promoção da segurança cidadã.

Entretanto, ainda há um grupo relevante de cidadãos que demonstram distanciamento, com 5,7% dando nota (1) e 4,8% nota (2). Esse dado sugere que, apesar dos avanços, há um caminho a percorrer para consolidar um relacionamento verdadeiramente horizontal e confortável entre os policiais e todos os segmentos da população.

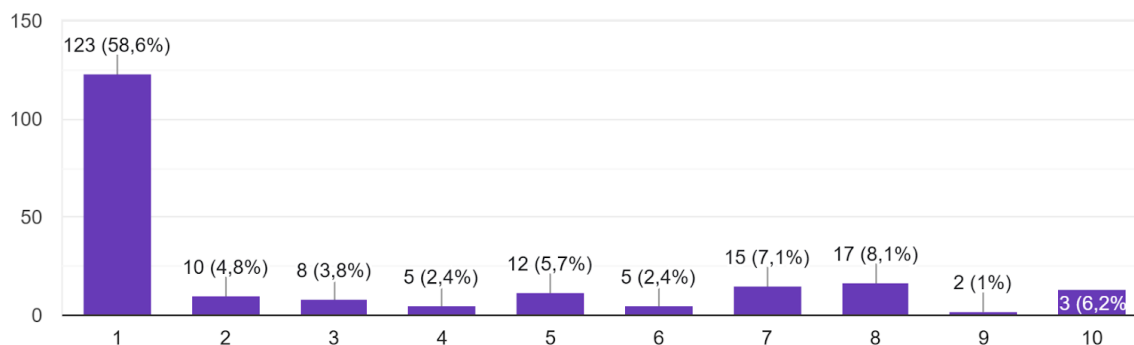
Essa disparidade pode ser explicada por fatores como experiências individuais negativas, ausência de programas efetivos de policiamento comunitário ou mesmo a percepção de que a polícia atua apenas de forma reativa. Isso é reforçado por Nakashima (2023), ao destacar que a construção de vínculos positivos entre polícia e sociedade requer práticas que vão além da repressão, priorizando o diálogo, a escuta ativa e a valorização da presença policial como apoio e não como uma ameaça.

Por fim, o último gráfico analisado neste tópico trata do conhecimento da população sobre o programa de Policiamento Comunitário da PMGO.

Gráfico 9 – Conhecimento da população sobre o programa de Policiamento Comunitário da PMGO.

Você conhece ou já ouviu falar do programa de Policiamento Comunitário desenvolvido pela PMGO?

210 respostas



Fonte: O autor (2025).

Mais da metade dos participantes (58,6%) atribuíram nota (1), revelando que desconhecem completamente a existência do programa. Isso demonstra um importante desafio para a PMGO no município: a necessidade de maior divulgação das ações comunitárias que realiza, bem como o fortalecimento de canais institucionais de aproximação com a população.

Diante desse quadro, fica claro que o fortalecimento do policiamento comunitário depende não apenas da atuação da PMGO, mas também do engajamento da população e da criação de espaços de diálogo e cooperação. Investir em estratégias de comunicação mais eficazes, promover encontros presenciais e virtuais, além de valorizar a participação dos moradores nas decisões sobre segurança pública, são caminhos que podem contribuir para ampliar o conhecimento e a confiança no programa.

Ao aproximar a corporação da realidade local e das demandas específicas dos cidadãos, a PMGO pode construir uma relação mais transparente e colaborativa, favorecendo a prevenção de conflitos e a construção de uma cultura de segurança baseada na confiança mútua.

Em síntese, os dados indicam que a população de Bonfinópolis tende a confiar na PMGO e a valorizar o atendimento prestado, mas ainda enfrenta obstáculos em termos de conhecimento sobre programas institucionais e interação cotidiana com os policiais. Fortalecer ações de policiamento comunitário e ampliar os canais de comunicação são caminhos apontados tanto pela teoria quanto pela prática local.

4.3 SUGESTÕES DA COMUNIDADE PARA MELHORAR A ATUAÇÃO DA PMGO

A análise das respostas dos moradores de Bonfinópolis-GO demonstrou que várias demandas são repetidas quando o assunto é melhorar a atuação da Polícia Militar. Entre as sugestões mais comuns está o aumento do número de policiais e viaturas. Muitos participantes sentem falta de rondas mais frequentes, inclusive em bairros afastados e na zona rural.

Uma das demandas mais frequentes foi o aumento da presença ostensiva da PMGO nos bairros. Diversos participantes relataram sentir falta de rondas regulares e de policiamento visível, como exemplifica a resposta: “Aumentar o número de viaturas circulando nos bairros, principalmente à noite”. Outro morador sugeriu: “Maior presença policial nas ruas, principalmente em horários de maior movimento”. Essas falas reforçam o que Mendes e Alves (2020) destacam sobre a importância da visibilidade policial para a prevenção do crime e o fortalecimento da sensação de segurança.

Entre as respostas, destaca-se ainda a seguinte observação: “Visto que a cidade está crescendo, tendo assim, mais bairros descentralizados, creio que deveria ter mais policiais e viaturas em serviço, para assim, prestarem um serviço mais eficaz.” Essa sugestão traz à tona um desafio contemporâneo enfrentado por cidades em expansão: a necessidade de adaptar o policiamento ao crescimento urbano e à descentralização dos bairros.

O aumento da área territorial e a formação de novos bairros exigem aumento e redistribuição do efetivo e dos recursos, para que o atendimento seja eficiente em todas as regiões da cidade. Como aponta Skolnick e Bayley (2002), o policiamento comunitário deve ser flexível e atento às transformações do território, buscando sempre garantir a presença e a resposta rápida mesmo em áreas mais afastadas do centro.

A agilidade no atendimento também apareceu como preocupação recorrente. Alguns participantes relataram experiências de demora e sugeriram: “Melhorar o tempo de resposta quando chamados” e “Ter mais policiais de plantão para atender as ocorrências com rapidez”. Essa demanda está alinhada ao que Rolim e Hermann (2018) apontam como um dos principais fatores de credibilidade institucional: a eficiência no atendimento às emergências.

Outro ponto bastante citado foi a necessidade de qualificação e preparo dos policiais para lidar com a população de forma mais humanizada. Entre as respostas, destacam-se: “Capacitar os policiais para atender melhor a comunidade, com mais educação e respeito” e “Oferecer cursos de abordagem e atendimento ao público”. Essas sugestões vão ao encontro do que Manual de Policiamento Comunitário (2001) e Skolnick e Bayley (2002) defendem

sobre o papel do policiamento comunitário, que exige agentes preparados para o diálogo, a escuta e a mediação de conflitos.

A comunicação entre a PMGO e a comunidade também foi mencionada como aspecto a ser melhorado. Participantes sugeriram: “Criar grupos de WhatsApp para a população se comunicar diretamente com a polícia” e “Fazer reuniões periódicas com os moradores para ouvir as demandas do bairro”. Essas propostas reforçam a necessidade de fortalecer os canais institucionais de aproximação, conforme discutido no referencial teórico.

Por fim, algumas respostas trouxeram sugestões voltadas à valorização dos profissionais da segurança pública, como: “Melhorar o salário e as condições de trabalho dos policiais” e “Reconhecer o esforço dos policiais que se destacam no atendimento à população”. Essas manifestações evidenciam que, para parte da comunidade, o reconhecimento e a valorização dos policiais são fatores essenciais para a motivação e para a prestação de um serviço de maior qualidade.

A literatura sobre policiamento comunitário também destaca que a valorização do efetivo contribui para o engajamento dos profissionais e para o fortalecimento do vínculo entre polícia e sociedade (Brasil, 2001; Skolnick e Bayley 2002).

Em resumo, as sugestões da comunidade de Bonfinópolis-GO evidenciam o desejo por uma polícia mais presente, acessível, preparada e próxima da realidade local. Atender a essas demandas significa investir não apenas em recursos materiais e humanos, mas também em relações de confiança, diálogo e participação social, pilares essenciais para a construção de uma segurança pública cidadã e eficaz.

5 CONCLUSÃO

Durante essa pesquisa, buscou-se compreender como a comunidade de Bonfinópolis-GO percebia a atuação da Polícia Militar, com foco na presença ostensiva, na confiança institucional e no policiamento comunitário enquanto estratégia de aproximação da população. Desta maneira, analisou-se não apenas dados estatísticos coletados por meio de questionário online com moradores, mas também as impressões e sentimentos que revelam as fragilidades e os potenciais dessa relação. A partir dessa investigação, foi possível identificar avanços importantes já conquistados, mas também desafios que precisam de atenção.

De maneira geral, os resultados apontaram uma avaliação positiva em relação à qualidade do atendimento prestado pelos policiais militares na cidade. Quando ocorre o

contato direto com os cidadãos esses tendem a reconhecer respeito, preparo e dedicação por parte dos profissionais. Essa percepção é valiosa e benéfica, pois reforça que a atuação individual dos policiais tem sido capaz de transmitir confiança, mesmo diante da limitada estrutura material e de efetivo existente em cidades do interior. Essa confiança, quando bem consolidada, ajuda no fortalecimento dos laços entre polícia e comunidade, favorecendo a cooperação e aumentando a efetividade das ações preventivas e repressivas.

Por outro lado, os dados revelaram contrastes na percepção da presença policial. Enquanto parte da comunidade se sente atendida e nota a polícia frequentemente, outros moradores relataram ausência quase total de rondas em seus bairros. Esse resultado indica que o policiamento é percebido de forma diferente, o que pode estar relacionado tanto ao número reduzido de efetivo quanto ao crescimento urbano e ao surgimento de novos bairros descentralizados. Situação semelhante foi observada no tempo de resposta da PMGO, que, em média, foi avaliado como mediano. Embora muitos moradores considerem o atendimento satisfatório, há uma parcela significativa demonstra insatisfação com a demora no socorro, especialmente em emergências.

Outro ponto que merece destaque refere-se ao conhecimento sobre o policiamento comunitário. A maioria absoluta da população desconhece o programa institucional da PMGO, apesar de essa ser uma política presente no discurso oficial da corporação. Esse fato deixa clara uma falha de comunicação entre polícia e sociedade. A falta de divulgação das ações comunitárias e a ausência de uma presença contínua tornam invisíveis práticas que poderiam ser vistas como fatores de aproximação e cooperação entre polícia e sociedade. Ampliar a comunicação, promover encontros regulares com os moradores e criar canais abertos digitais e presenciais são medidas que podem contribuir para diminuir esse desconhecimento e fortalecer a legitimidade da instituição.

Além dos números, as sugestões apresentadas pela comunidade reforçam que o desejo dos moradores não é distante da teoria ou da prática já debatida nos estudos sobre segurança pública. Os participantes pediram por mais policiamento ostensivo, especialmente em horários noturnos e na zona rural, maior rapidez para o atendimento, melhor aproveitamento de viaturas e efetivo e maior qualificação para abordagens respeitadas e humanizadas. Também se destacou o pedido por mais diálogo, por meio de reuniões ou grupos de comunicação, bem como a valorização e reconhecimento profissional dos militares. Tais sugestões demonstram que a população espera não apenas mais presença da PMGO, mas também maior proximidade, respeito e participação no processo de promoção da segurança.

Dessa forma, pode-se concluir que a comunidade de Bonfinópolis-GO apresenta, em sua maioria, confiança na Polícia Militar, mas também evidencia demandas por melhorias que vão além da repressão ao crime. A eficiência do policiamento não está limitada apenas à existência de efetivo, mas depende, sobretudo, da forma como a população percebe essa presença e confia nela. O policiamento comunitário, nesse sentido, se confirma como caminho viável e necessário, pois busca aproximar polícia e sociedade de maneira horizontal, ampliando não só a prevenção criminal, mas também a sensação de tranquilidade no dia a dia.

Em síntese, os achados deste trabalho reforçam que a PMGO já dispõe de uma grande parte da confiança junto à comunidade bonfinopolina, mas ainda precisa superar obstáculos relacionados à comunicação institucional, à cobertura territorial do policiamento e à rapidez no atendimento. Investir em mais ações comunitárias contínuas, ampliar os canais de diálogo e fortalecer a presença ostensiva são passos fundamentais para que a corporação se torne cada vez mais reconhecida como parceira da sociedade.

Portanto, a principal mensagem que emerge desta pesquisa é a de que a segurança pública só se constrói de forma sólida quando há cooperação entre a polícia e a comunidade. No caso de Bonfinópolis-GO, há uma base de confiança significativa que pode e deve ser ampliada por meio de práticas transparentes, participativas e humanizadas. Se conseguir unir técnica, planejamento e proximidade, a Polícia Militar poderá não apenas responder às demandas emergenciais, mas também transformar a percepção de presença em efetiva sensação de segurança, fortalecendo a paz social e o sentimento de pertencimento da comunidade.

Para aprimorar o campo acadêmico e aprofundar a compreensão sobre essa dinâmica, sugere-se a realização de estudos futuros que repliquem esta metodologia em outras regiões com características socioeconômicas e culturais distintas. A comparação de resultados entre diferentes municípios e estados pode revelar padrões, particularidades e desafios regionais, enriquecendo o debate sobre segurança pública e subsidiando a formulação de políticas mais eficazes e adaptadas às realidades locais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Controle externo da atividade policial: desafios e perspectivas.** Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 11, n. 2, p. 10-25, 2017.

ALVES, Igor da Luz; COSTA, Leon Denis da. **A percepção da segurança pública no município de CRIXÁS-GO: Um estudo de caso.** Trabalho de Conclusão de Curso, Goiânia, 2023. Disponível em: <<https://dspace.pm.go.gov.br/handle/123456789/2869>>. Acesso em: 22 de junho de 2025.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial.** Tradução de Maria Lygia L. P. Pereira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Manual de policiamento comunitário.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2001. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/manual_policiamento_comunitario.pdf>. Acesso em: 22 junho 2025>.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas.** Rev. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/DHMRHs7m6cVjgrpqYzN8NYh/>>. Acesso em: 23 de junho de 2025

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade. Gestão de segurança pública, violência e controle.** - Salvador: EDUFBA, 2005.

DUTRA, Antônio Gabriel de Sousa; NEVES, Alex Jorge das. **Estratégias de policiamento comunitário adotadas pela PMGO e o envolvimento da instituição com as comunidades.** Trabalho de Conclusão de Curso, Goiânia, 2023. Disponível em: <<https://dspace.pm.go.gov.br/handle/123456789/2628>>. Acesso em: 22 de junho de 2025

FILHO, Alessandro Elia Guimarães; COSTA, Leon Denis da. **A percepção da sensação de segurança pública no município de Rio Verde - Goiás.** Trabalho de Conclusão de Curso, Goiânia, 2023. Disponível em: <<https://dspace.pm.go.gov.br/handle/123456789/2596>>. Acesso em: 22 de junho de 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÁS (Estado). Lei nº 8.125, de 18 de julho de 1976. **Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências.** Goiânia, GO: Palácio do Governo do Estado de Goiás, 1976.

GOMES, Raudan Websten Bonach; AMORIM, Christianne Ferreira Miranda. **Percepção de segurança e vitimização em bairros de Goiânia.** Trabalho de Conclusão de Curso, Goiânia, 2024. Disponível em: <<https://dspace.pm.go.gov.br/handle/123456789/3532>>. Acesso em: 22 de junho de 2025

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2024: Cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/bonfinopolis/panorama>>. Acesso em: 26 de junho de 2025

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2025.** Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 26 de junho de 2025

LAKATUS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: - Atlas, 5. ed, 2003.

MENEZES, Luiz Maurício Bentim da Rocha. **A Genealogia do Policiamento Comunitário no Brasil: contribuições do Coronel Nazareth Cerqueira.** Revista brasileira de estudos de segurança pública – REBESP, v. 16, n. 1, Goiânia, 2023. Disponível em <<https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/659>>. Acesso em: 03 de setembro de 2025.

MENDES, Pedro Filipe Rolim; ALVES, Vorster Queiroga. **A percepção social quanto aos serviços da Polícia Militar nos municípios da microrregião de Sousa-PB.** Revista Interdisciplinar do Meio Ambiente – RIMA, v. 2, n. 1, e59, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.52664/rima.v2.n1.2020.e59>>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

MIGUEL, Sidny Antônio; OLIVEIRA, Ionilde de. **Análise da história da pmgo e como ela moldou a polícia militar de hoje.** Trabalho de Conclusão de Curso, Goiânia, 2023. Disponível em: <<https://dspace.pm.go.gov.br/handle/123456789/2035>>. Acesso em: 25 de junho de 2025

NAKASHIMA, Maurício. **A visão da sociedade sobre a confiança na Polícia Militar.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 1922–1930, set. 2023. ISSN 2675-3375. Disponível em: <<https://doi.org/10.51891/rease.v9i9.11333>>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

NETO, Paulo de Mesquita. **Policciamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 103–110, mar. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100013>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; SILVA, Robson Bonifácio da. **O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as "cidades-dormitório" no Brasil.** Cadernos Metrópole, Campinas, v. 12, n. 24, p. 375-401, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5896>> Acesso em: 17 jul. 2025.

OLIVEIRA, Claudio Roberto Barros de; DENISE, Brasil Menezes. **As dificuldades da execução do policiamento comunitário em comunidades carentes.** Trabalho de Conclusão de Curso, Goiânia, 2019. Disponível em: <<https://dspace.pm.go.gov.br/handle/123456789/2236>>. Acesso em: 22 de junho de 2025

PLASSA, Wander; CUNHA, Marina Silva da. **Sensação de insegurança pública no Brasil: análise estrutural das vulnerabilidades e do efeito da vitimização direta.** Economic Analysis of Law Review, Brasília, v. 7, n. 1, p. 266–290, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/6818>>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

ROLIM, Marcos Flávio; HERMANN, Daiana. **Confiança nas polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão.** Sociologias, Porto Alegre, ano 20, n. 48, p. 188–211, maio/ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/GZv4XbJYK9FVWjYNYgX3MCS/>>. Acesso em: 24 de junho de 2025.

SANTOS JÚNIOR, Aldo Antônio dos; GUERINI, Luis. **Levantamento da percepção social da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 3, n. 3, p. 54–86, set./dez. 2007.

SOUZA, Cibele de; SOUZA, Baltazar Donizete de. **O Anhanguera - História da Polícia Militar de Goiás.** Órgão Informativo Técnico Científico da PMGO. Goiânia, nº 01, Ano I, Grafopel Gráfica e Editora LTDA, 1999.

SKOLNICK, de Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policciamento Comunitário.** Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da USP, 2002.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: **A POLÍCIA MILITAR NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE DE BONFINÓPOLIS-GO: Presença, confiança e policiamento comunitário enquanto estratégia de aproximação.** Pesquisador Responsável: **Lucas Batista da Silva** Instituição: **Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM.** Contato do Pesquisador: **(62) 985887397 / lucasbatistacold@gmail.com**

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **A POLÍCIA MILITAR NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE DE BONFINÓPOLIS-GO: Presença, confiança e policiamento comunitário enquanto estratégia de aproximação**, conduzida por **Lucas Batista da Silva** e vinculada à **Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM.** O objetivo deste estudo é **analisar a percepção dos moradores de Bonfinópolis-GO quanto à presença da Polícia Militar e à proximidade da corporação às demandas de segurança pública.**

1. Procedimentos da Pesquisa

Sua participação consistirá em **preencher o questionário relatando sua experiência pessoal no que tange a percepção pessoal sobre a atividade da Polícia Militar de Goiás no município de Bonfinópolis-GO**, com duração aproximada de 5 minutos.

2. Riscos e Benefícios

Não há riscos significativos associados à sua participação nesta pesquisa, além daqueles inerentes às atividades cotidianas. **Caso sinta qualquer desconforto, você poderá interromper sua participação a qualquer momento.** Os benefícios desta pesquisa incluem coletar e evidenciar dados importantes para subsidiar decisões da classe de comandantes da PMGO e provocar a iniciativa de políticas públicas direcionadas para o policiamento de cidades pequenas.

3. Sigilo e Confidencialidade

Seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Em nenhuma hipótese sua identidade será divulgada, garantindo o anonimato das informações fornecidas.

4. Participação Voluntária

Sua participação é totalmente voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Caso tenha dúvidas sobre qualquer aspecto da pesquisa, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelos meios disponibilizados.

5. Considerações Éticas

O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre procedimentos experimentais envolvendo seres humanos.

6. Contato para Esclarecimentos

Caso necessite de mais informações, estou à disposição para esclarecimentos pelo telefone **(62) 985887397** ou pelo e-mail **lucasbatistacold@gmail.com**.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO

Este questionário tem fins exclusivamente acadêmicos e é parte integrante de uma pesquisa do Curso de Formação de Praças da Polícia Militar de Goiás. Suas respostas são anônimas e confidenciais.

- Qual a sua faixa etária?

Menos de 18 anos.

18 a 24 anos.

25 a 34 anos.

35 a 44 anos.

45 a 59 anos.

60 anos ou mais.

- Qual o seu sexo?

Masculino.

Feminino.

Prefiro não informar.

- Você reside em Bonfinópolis há quanto tempo?

Menos de 1 ano.

1 a 5 anos.

6 a 10 anos.

Mais de 10 anos.

- Com que frequência você percebe a presença da Polícia Militar em sua região/bairro?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

(1 = Nunca vejo, 10 = Vejo todos os dias) Escala de 1 a 10

- Na sua percepção, qual é o tempo de resposta da PMGO quando acionada em situações de emergência?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

(1 = Demorado, 10 = Muito rápido) Escala de 1 a 10

- Como você avalia a qualidade do atendimento prestado pelos policiais militares em Bonfinópolis?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

(1 = Ruim, 10 = Excelente) Escala de 1 a 10

- Qual é o seu grau de confiança na Polícia Militar do Estado de Goiás?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

(0 = Nenhuma confiança, 10 = Confiança total) Escala de 0 a 10

- Você se sente à vontade para conversar com os policiais da sua cidade ou solicitar apoio sempre que necessário?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

(1 = Nada à vontade, 10 = Total à vontade) Escala de 1 a 10

- Você conhece ou já ouviu falar do programa de Policiamento Comunitário desenvolvido pela PMGO?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

(1 = Nunca ouvi falar, 10 = Conheço muito bem) Escala de 1 a 10

- Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a atuação da Polícia Militar em Bonfinópolis-GO.